GABRIEL FERNANDO MORARI BÁRRIOS

Extinção ou manutenção do foro privilegiado

Bacharel em Direito

FEMA – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS
ASSIS
2009

GABRIEL FERNANDO MORARI BÁRRIOS

Extinção ou Manutenção do Foro Privilegiado

Monografia apresentada ao Departamento do curso de Direito do IMESA (Instituto Municipal de Ensino Superior), como requisito para a conclusão de curso, sob a Orientação específica do Prof. (Ms) Dr. EDUARDO VELLA, e Orientação Geral do Prof. Dr. Rubens Galdino da Silva.

**FEMA – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS
ASSIS
2009**

Folha de Aprovação

Assis, ____ de _____ de ____

Assinatura

Orientador: _____

Examinador: _____

Sumário

Introdução	08
I-Foro privilegiado ou foro por prerrogativa de função	09
II- Historia do Foro Privilegiado ou Foro por prerrogativa de função	10
III-O projeto de lei e suas implicações para se acabar com o Foro Privilegiado ou por prerrogativa de função	12
IV- Manutenção ou Extinção do Foro Privilegiado ou por prerrogativa de função	16
Conclusão	19
Referências	20
Anexo	

Resumo

A manutenção ou a extinção do foro privilegiado cria hoje uma intriga no cenário político e judiciário brasileiro. Há quem diga que deve ser mantido e o outro lado quer a extinção. Este trabalho vai abordar estes argumentos dos dois lados para esclarecer a questão.

Palavras-chave

crise – foro privilegiado – manutenção – extinção – judiciário

Abstract

The maintenance or the extinction of the privileged forum creates an intrigue on Brazilian political and judicial scenario. Some say that it should be kept and the other side wants the extinction. This work will come up with the arguments from both sides, to clarify the issue

Keywords

crisis – privileged forum – maintenance – extinction – judicial.

Introdução

Com esse trabalho busca-se abordar em vários aspectos da proposta da extinção ou a manutenção do foro privilegiado ou por prerrogativa de função.

Pretendo nesse trabalho além de tudo por meio de reportagens e artigos de pensadores do direito que esse mecanismo não é mais necessário e que além do motivo de que esse mecanismo pode ser usado com a forma de impunidade e acabar protegendo pessoas que deveriam em tese pelo menos sofrer um processo mais justo e capaz.

Conforme será apresentado a seguir a minha meta é fazer com que fique claro que antigamente quando esse mecanismo foi proposto e inserido na constituição federal de nosso país ele tinha um propósito claro que em tese não existe mais.

Em seu primeiro capítulo venho mostrar o que é em si o foro por prerrogativa de função e quais são os seus aspectos e como ele funciona no sistema jurídico brasileiro.

No capítulo subsequente vou contar como foi que o foro por prerrogativa de função adentrou no ordenamento jurídico quais foram os motivos usados para que esse mecanismo fosse imposto na nossa maior lei que é nossa Carta Magna (Constituição Federal).

Já em no capítulo três tratara sobre o projeto de lei que esta para ser votado pelos nossos legisladores, abordando também dentro do projeto de lei alguns fundamentos e se o projeto é realmente possível, tendo também que constatar se é mesmo necessária a extinção ou simplesmente algumas mudanças dentro dos próprios artigos que tratam do foro por prerrogativa de função em nossa Constituição Federal.

Já no ultimo capítulo será abordado se é mais viável a manutenção ou a extinção do foro por prerrogativa da função no nosso sistema político e judiciário brasileiro.

E por ultimo fechando com a conclusão reunindo todas as informações citadas nos capítulos acima citados e fazendo assim uma análise critica e final se o foro privilegiado ou o foro por prerrogativa de função deve mesmo ser extinto ou se deve mesmo como muitos políticos e pessoas interessadas que acham que esse foro deve sim ser mantido.

I-Foro Privilegiado ou Foro por Prerrogativa de Função

O foro privilegiado ou foro por prerrogativa de função é o direito que algumas pessoas recebem pelo cargo que ocupam em tese esse foro não é ligado a pessoas mais sim ao cargo, por tanto em tese perdido o cargo, perdido o foro. Esse foro foi criado para proteger em tese que a pessoa que ocupe o cargo possa exercer suas funções sem pressão e sem perseguição.

“Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente” - CF, art. 5º, inc. LIII.

Conforme o artigo acima expõe a pessoa só será sentenciado pela autoridade competente, só que algumas pessoas têm certa vantagem que é conhecida como foro privilegiado ou foro por prerrogativa de função.

Esse tipo de foro especial tem como fundamento que quem tem o foro é a função não a pessoa em si, esse foro tem que existir em tese para que a pessoa que ocupe essa função possa exercer as suas atribuições sem nenhuma interferência externa.

No próprio artigo 5º da nossa Constituição Federal também expõe que todos são iguais perante a lei criando assim uma contradição com o foro por prerrogativa de função, fazendo assim que em tese os artigos que tratam do foro por prerrogativa de função sejam em tese inconstitucionais.

Um dos artigos que tratam do foro privilegiado é o artigo 102, I, “b” da Constituição Federal que trata do foro privilegiado do Presidente e Vice presidente da Republica entre outros que serão julgados pelo Supremo Tribunal Federal.

Esse tipo de foro especial não deveria existir, pois como já foi exposto à cima ele contraria um dos principais princípios de nossa Constituição Federal.

Alem disso o artigo 5º inciso XXXVII expõe que “não haverá juízo ou tribunal de exceção”, fazendo com que o foro especial seja mesmo inconstitucional, já que a nossa própria Constituição proíbe esse tipo de tribunal de exceção.

O supremo tribunal federal anteriormente também tinham que em tese julgar e processar ex-presidentes e outros cargos que tem esse direito guardado pela Constituição, só que mais expandido como no caso da sumula 394 do Supremo que foi revogada que garantia que ex ocupantes de cargos que tinham esse privilegiado continuaram tendo ele mesmo depois do fim de seu mandato, criando assim mais impunidade ainda.

II - Historia do foro privilegiado ou foro por prerrogativa de função no Brasil

Segundo posição pacífica na doutrina brasileira o foro privilegiado, tribunal de exceção, ou foro por prerrogativa de função, é, como o próprio nome diz, um privilégio concedido a autoridades políticas de ser julgado por um tribunal diferente do de primeira instância, onde é julgada a maioria dos brasileiros que cometem crimes.

São beneficiados pelo foro privilegiado, na Constituição Federal

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

Art. 108. Compete aos Tribunais Regionais Federais:

I - processar e julgar, originariamente:

a) os juizes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

III - aos Tribunais de Justiça julgar os juizes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

X - julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça;

As Constituições Estaduais podem prever foro privilegiado para outros cargos políticos (secretário de estado, vice-governador, vice-prefeito, vereadores, procuradores do estado, membros da advocacia pública).

Pelo princípio da simetria as Constituições Estaduais podem existir a única condição é que se respeite a Constituição Federal, não podendo ocorrer mudanças, mais a possibilidade que a Constituição Federal deixa que possa se criar alguns artigos nas Constituições Estaduais, como no caso da Constituição Paulista que regulamenta em seus artigos o foro privilegiado ou por prerrogativa de função para Deputados estaduais que está no artigo 14, parágrafo primeiro da Constituição Estadual. No artigo 49 da constituição estadual trata do foro especial para o Governador, Vice-Governador, Secretários do Estado, Procurador Geral do Estado e da Justiça.

Histórico

O foro privilegiado é uma herança deixada pela política adotada no tempo que o Brasil era uma colônia portuguesa. Naquele tempo, onde a escravidão era uma coisa normal, não se admitia que um político ou uma pessoa "importante" para a colônia fosse julgado da mesma maneira que um cidadão comum. Mesmo com o pensamento arcaico, antes mesmo da lei áurea, a Constituição de 1824 já dispunha de cláusulas que visavam igualdade de todas as pessoas perante a lei.

Seu art. 179, XVII já dizia: "À exceção das Causas, que por sua natureza pertencem a Juízos particulares, na conformidade das Leis, não haverá Foro privilegiado, nem comissões especiais nas causas cíveis, ou crimes". A proibição de foro privilegiado nas Constituições brasileiras – sempre expressa no capítulo dedicado aos direitos e garantias individuais – prosseguiu após a instauração da República. "À exceção das causas, que, por sua natureza, pertencem a juízos especiais, não haverá foro privilegiado", prescrevia, de forma taxativa, o art. 72, § 23, da primeira Constituição republicana, de 1891. A Constituição de 1934, por sua vez, inovou, agregando à cláusula proibitiva, no art. 113, nº 25, a vedação de tribunais de exceção: "Não haverá foro privilegiado nem tribunais de exceção; Na Constituição de 1946 preceituava o art. 141, § 26, que explicitava a proibição ao foro: "não haverá foro privilegiado nem juizes e tribunais de exceção". O art. 153, § 15, da Constituição de 1967 (ditadura militar), inalterado pela Emenda Constitucional nº 1 de 1969, manteve a proibição, nos seguintes termos: "A lei assegurará aos acusados ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

Não haverá foro privilegiado nem tribunais de exceção. Já a Constituição de 1988, embora considerada a mais democrática de todas as Constituições brasileiras, não previu expressamente a vedação de foro privilegiado. Pelo contrário, estabelece até mesmo quem terá direito ao foro. Apesar disso, o seu art. 5o, XXXVII, dispõe que "não haverá juízo ou tribunal de exceção", tornando nossa atual carta magna ambígua, abrindo brechas para políticos e alguns "privilegiados" cometerem crimes sem receber punição alguma.

Atualmente, muitos intelectuais, alegam que Constitucionalmente legal ou não, o foro privilegiado, devido ao fato de contribuir para indiscutivelmente o maior mal da política brasileira, a corrupção, deve ser revisto, em prol de um eficiente combate aos corruptores e do combate à impunidade. Muito pouco está sendo feito para a extinção do foro privilegiado. Pelo contrário, recentemente, o Supremo Tribunal Federal contribuiu explicitamente para a ampliação para ex-políticos do foro privilegiado no Direito brasileiro.

Como exposto na parte histórica do foro privilegiado esse instituto é ultrapassado não sendo mais necessário no nosso sistema jurídico atualmente.

Esse instituto que anteriormente era necessário, pois nosso país estava saindo de uma ditadura militar aonde houve muita perseguição política e muitas pessoas foram torturadas e mortas.

Esse instituto era totalmente necessário naquela época, pois era as pessoas não conseguiam exercer seus mandatos e exercer as suas funções corretamente por causa das perseguições políticas existentes na época, mas após o fim da ditadura esse mecanismo acabou se tornando um meio de impunidade, pois nos dias de hoje graças à democracia não a mais essas perseguições.

Hoje em dia a muita dificuldade de as pessoas que tem esse foro privilegiado seja pelo menos acusadas para que se apure se houve ou não alguma contravenção penal ou não, esse é o maior problema causados hoje em dia por esse mecanismo ultrapassado, muitos do que defendem a continuidade desse mecanismo argumentam que ele já é ruim para a pessoa que tem esse privilegio, pois não a chance de mais recursos, mais pra que recursos se elas nem acusadas são, causando assim a impunidade e fazendo com que a corrupção aumente e seja defendida por esse mecanismo já ultrapassado.

Alem de que todas as nossas Constituições anteriores negavam esse mecanismo e a nossa Constituição mais democrática quem é a de 1988 vai trazer de volta e manter esse mecanismo que é ultrapassado e hoje em dia só serve para proteger a impunidade.

O fator complicador disso tudo ainda é que a Constituição Federal da à liberdade de que a as Constituições Estaduais estipulem o foro por prerrogativa de função para outras autoridades que não o tem pela nossa Constituição Federal como no caso de vereadores, secretários de estado, vice governador, vice prefeito, procuradores de estado e membros da advocacia pública, causando uma maior sensação de impunidade e dando liberdade para a corrupção.

III-O projeto de lei e suas implicações para se acabar com o Foro Privilegiado ou por prerrogativa de função

No Brasil o foro privilegiado foi instaurado na constituição de 1988 com o objetivo de proteger em caso de perseguições políticas logo após a ditadura.

Em tese o legislador quis com o foro privilegiado com em muitas partes da constituição garantir demais os direitos, só que o tiro acabou saindo pela culatra, pois esse dispositivo acabou se tornando uma arma para a corrupção.

O Brasil esta agora percebendo que esse instituto não é mais necessário e por isso está tomando atitudes em relação a esse instituto como, por exemplo, o projeto de lei que deve ser votado futuramente que é representado pelo projeto de lei 130 de 2007 que vem em anexo. (anexo 1)

Com esse projeto de lei visa acabar com a impunidade que esse instituto acabou acarretando com o passar do tempo. Como exposto primeiramente esse instituto foi criado na constituição de 1988, porque o legislador quis garantir que as perseguições políticas que ocorreram no passado não mais acontecem.

Com a evolução da democracia o foro privilegiado acabou se tornando uma arma para a impunidade, e alem disso a um importante fator que, quem sabe realmente em tese fazer a instrução dos processos é o juiz de primeiro grau, coisa que os desembargadores e ministros não têm o costume de fazer e por isso não dominam totalmente essa matéria em tese.

Alem de que muitos autores ainda falam também sobre o principio da igualdade que se encontra no artigo da 5º da Constituição Federal, como expõe o respeitável Professor Doutor Fernando Machado da Silva Lima que diz “Um dos princípios fundamentais de nossa ordem jurídica é o da igualdade, consagrado no art. 5º da Constituição Federal. Em decorrência, todos seriam da mesma forma obrigados a respeitar as leis, e todos deveriam ser julgados pelos mesmos juízes, sem quaisquer privilégios.”

O famoso sociólogo Hélio Sales Rios, professor de Teoria Política e de Ética e Cidadania da Universidade Metodista de São Paulo, também usa como argumento nesse sentido que, o foro privilegiado coloca um suposto corrupto, dos diversos poderes, em uma posição elevada aos demais cidadãos. Ele acrescenta que o foro nega os princípios do que é publico e fere a igualdade entre as pessoas.

Muitos outros pensadores dizem que o que faz a corrupção não é o foro privilegiado e sim a falta de fiscalização e a falta de ética por parte das pessoas que o usam com esse intuito, mas mesmo sendo esse o caso não é certo que quem saiba fazer a instrução o faça!

O próprio o presidente de Comissão Ética e Disciplina da OAB do município de São Caetano do Sul João Paulo dos Reis, acredita que o fim do foro privilegiado não possibilitará o término de corrupção. Para ele, faz-se necessário um posicionamento ético por parte dos políticos e de toda a sociedade. “A ética faz parte da conduta humana. É particular e própria. Você pode estar em casa ou em Brasília, poderá agir de forma correta ou não”, explicou

Assim como o secretário, o especialista em Direito Civil Rodrigo Hasegawa não acredita que o foro privilegiado gere impunidade, pois, mesmo não tendo um julgamento similar ao do cidadão comum, a autoridade pública será julgada pelo Tribunal que lhe é superior, o que garante uma igualdade perante a lei, assegurada como princípio constitucional. “O que gera impunidade e corrupção é a ausência de fiscalização nas atividades públicas, quer das autoridades, quer da população”, explicou.

Um dos exemplos de como o foro privilegiado em tese pode ser usado para a impunidade é o texto da reportagem da folha que diz:

Do site - "Congresso em Foco" que afirma que 150 parlamentares respondem a processos no STF --o equivalente a um quarto do Legislativo. O tribunal abriu 36 processos contra deputados e senadores nos últimos 12 meses. Desde junho do ano passado, segundo a reportagem, o número de inquéritos e ações penais envolvendo parlamentares saltou de 281 para 317, um aumento de 11%.

Apesar de negar a "impunidade" para os parlamentares que têm foro, Mendes admitiu que muitos processos movidos contra parlamentares têm motivação política --por isso acabam arquivados pelo tribunal.

O próprio ministro Mendes disse que a razão para que o Supremo Tribunal Federal rejeite tanto as denúncias feitas é "Por que o Supremo é tão rigoroso na rejeição das denúncias? A atividade política hoje, e há muito tempo, é suscetível de uma luta, às vezes sem quartel, que é levada muitas vezes para a criminalização. O adversário político do prefeito muitas vezes não faz oposição na Câmara de Vereadores, leva a impugnação ao Ministério Público. E daí se realiza uma série de investigações", afirmou.

Esse argumento usado pelo ministro só vem mostrar que o Supremo tem sim o envolvimento da política muito acentuada em suas decisões e isso não pode ocorrer, por esse fato o melhor seria que o juiz de primeiro grau que sabe fazer a instrução, não será pressionado e se for a mais instancias para recorrer e etc.

Os próprios legisladores que falam que esse instituto não pode ser usado como meio de impunidade em 2002, por meio do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso como informa a reportagem do jornal opção, promulgou uma lei no dia 24 de dezembro de 2002, a poucos dias de transferir o cargo para o presidente Lula, ampliando o direito para ex-autoridades, num clássico caso de “legislar em causa própria”. O que FHC pretendia era evitar que os petistas que assumiriam o governo daí a alguns dias fizessem uma devassa em seus oito anos de administração e que integrantes de seu governo, se não ele próprio fossem chamados à Justiça para se explicar com possíveis atos de improbidade ou até crimes de tunga contra a administração pública. Pois Lula gostou da idéia e não fez nada para revogar a famigerada lei que institucionalizava a desigualdade entre os cidadãos.

Com esse projeto de lei o legislador tenta acabar com esses fatos que podem ocorrer como o que foi feito pelo ex-presidente do Fernando Henrique Cardoso e não somente sobre esse fato isolado como muitos outros que aconteceram no cenário político e judiciário brasileiro.

IV- Foro privilegiado: manutenção ou extinção?

A impunidade, no Brasil, historicamente, sempre se constituiu em incentivo à prática da corrupção, máxime nos crimes contra o patrimônio público e de improbidade administrativa, fato que compromete a credibilidade das nossas instituições democráticas.

A feitura das leis, não raro redigidas propositadamente com imprecisões, aliada à morosidade do Judiciário e ao privilégio de foro concedido às autoridades acusadas de autoria de tais delitos, propiciavam, e ainda propiciam e incentivam a desenvoltura e a impunidade de seus agentes.

A Constituição de 1988, em seus arts. 102, I, 105, I, 108, I, 29, X e 96, III, seguindo uma tradição jurídica, elencam as autoridades às quais assegura foro privilegiado, nos casos em que são acusadas de crimes, autoridades essas que vão do Presidente da República a promotores de Justiça.

Com certeza já ficou mais do que provado que todos esses artigos então em desacordo com o artigo 5º da nossa Constituição Federal que regulamenta os nossos direitos fundamentais além de que vai também a desacordo com o inciso XXXVII do mesmo artigo que diz que ninguém terá nenhum tipo de foro especial, lógico que esse inciso fala como pessoa e muitos do que defendem o foro diz que quem tem o foro é a função não a pessoa em si, o foro existe somente para que a pessoa que ocupe esse cargo possa cumprir com as suas funções.

Muitos do que defendem a permanência do foro diz que com o fim do mesmo, e com o fato de todas as pessoas passarem pela primeira instancia pode ocorrer injustiças pelo fato de que como eles alegam à primeira instancia pode sofrer uma pressão maior política, principalmente dependendo da cidade em que se localiza a ação.

As pessoas que defendem esse tipo de foro também dizem que o problema não esta no foro em si, mais na impunidade que segundo eles não esta ligado ao fato da pessoa ter esse foro, e que mesmo que acabem com ele, a impunidade vai continuar, mas mesmo que isso seja verdade, esse argumento é muito fraco, pois o juiz de primeiro grau pode sofrer muita menos pressão política do que um desembargador que depende principalmente no caso do Supremo Tribunal Federal da indicação de um político no caso o presidente da republica para estar la.

Alem disso a uma coisa muito evidente em todos os casos de foro por prerrogativa de função, os tribunais superiores, logicamente que ocupado por ex- juizes de primeiro grau não são preparados para fazer a instrução do processo, os próprios artigos que dizem como os tribunais superiores devem proceder diz que eles devem somente analisar o direito não o fato porque isso é obrigação do juiz de primeiro grau, e por isso os nossos tribunais não são totalmente preparados para realizar a instrução.

Um dos argumentos fortes também de quem defende esse tipo de foro é de que ele em si já é pior para o detentor do mesmo, porque dependendo do caso não a para onde a pessoa recorrer caso a decisão lhe seja desfavorável, esse argumento apesar de ter algum fundamento não faz muito sentido quando você não precisa recorrer, porque a maiorias dos casos de pessoas que de tem esse foro nunca nem foram julgados, então pra que recorrer se nem julgado será.

Muitas pessoas vêm dizendo principalmente em reportagens que saem nos jornais que um dos motivos para que a PEC seja votada logo e de que a pressão dos deputados e senadores que estão envolvidos no caso mensalão, só que se esses deputados estão pensando que com o foro os processos deles serão esquecidos ou mesmos extintos para que se comece outro em primeira instancia, eles então muito enganados, pois o próprio Supremo já diz que em casos em que já houve a produção de provas e logo depois se descobriu que era de outra competência, o juízo competente pode usar da produção de provas já realiza anteriormente pelo juízo incompetente.

Conforme foi dito anteriormente esse instituto do foro privilegiado já esta ultrapassado o próprio ministro Celso de Mello, desembargador do Supremo defendeu que o fim do foro privilegiado. "Essa é uma proposta interessante e é talvez uma forma de transição para um regime em que afinal não mais exista, em nosso sistema constitucional, a prerrogativa de foro", afirmou.

A quem diga que o Brasil em pleno século vinte e um, o coronelismo ainda é forte e que seria muito mais fácil para um senador, por exemplo, pressionar um juiz de primeiro grau para uma decisão favorável do que um desembargador do Supremo Tribunal Federal, mais isso é meramente ilusório, o Brasil hoje é um pais mais desenvolvido não é aquele pais da ditadura, aonde esse instituto do foro era realmente necessário, alem disso tudo lógico que a de ter uma fiscalização maior em cima dos juizes e das ações relacionadas a esses fatos, alem disso não será fácil para um senador, por exemplo, pressionar um juiz de primeiro grau porque alem da fiscalização com certeza a imprensa também vai ficar em cima, então esse argumento não tem muito fundamento.

Alem de tudo pode ser que seja necessário mesmo que o foro continue para que não aja em tese essa pressão que pode ocorrer mais facilmente em cima de um juiz de primeiro grau, mais a pelo menos de que entese se modifique esse mecanismo para que não ajam mais tantas impunidades do Brasil.

Uma das idéias defendidas principalmente por uma grande parte da Organização dos Advogados do Brasil, é que se faça uma mudança nesse instituto para que os processos referentes a quem de tenham esse foro especial esse realizado a parte da instrução pelo juiz de primeiro grau e o resto do processo feito pelos tribunais competentes para julgar o caso.

Essa seria uma alternativa para resolver essa situação mais com certeza isso poderia acarretar muita confusão principalmente porque em tese o juiz de primeiro grau ficaria meio que subordinado aos desembargadores, e como se sabe os juiz de hoje em dia com certeza pelo menos em sua maioria podem não aceitar essa subordinação, alem de que pode haver muita

confusão em questão do andamento do processo e etc., por estar em vários lugares o processo, além do tempo que teria que ser mais rápido o andamento desse processo às vezes até acabando virando prioridade nos juízos do Brasil, acarretando mais problemas de demora nos processos.

Com certeza o que deveria ser uma causa totalmente jurídica, acaba se tornando totalmente uma causa política e isso não deveria acontecer, por as organizações devem ser totalmente independentes das mesmas, principalmente o judiciário, o fato de hoje se discutir que esse foro deve acabar por causa da impunidade, não deveria ocorrer porque se não houvesse essa pressão da parte política no judiciário que acaba interferindo em decisões, tanto que nenhuma pessoa que de tem esse foro, foi condenada, principalmente no Supremo Tribunal Federal.

Na verdade mesmo com o fim ou com a permanência do foro vai haver casos de impunidade, o melhor mesmo seria que a política não interferisse no judiciário para aí sim haver justiça, mais enquanto isso não acontece, um meio para tentar acabar com essa impunidade é reformar esses artigos referentes ao foro para tentar melhorar a situação.

Um dos meios para que o judiciário se veja livre da pressão da política, por exemplo, seria que ao invés de os desembargadores do Supremo serem indicados pelo Presidente da República, houvesse um plano de carreira dentro do judiciário que a pessoa chegue ao STF pela própria competência não por uma indicação em que em tese a acordos, ou até por meio de uma prova em que se escolha os três mais bem preparados para ocupar esse cargo, e quem acertar mais nesse mini concurso ocupa a vaga, se para ser juiz é necessário uma prova porque não para ser desembargador se use a mesma moeda.

Crimes praticados por autoridades, cuja função pressupõe confiança, zelo e probidade no trato e condução das coisas e bens públicos, por sua gravidade, implicações e conseqüências danosas à coletividade, exigem apuração rápida e sanções severas. E isso porque, sendo estipendiadas para zelar pelo patrimônio público e bem servir à comunidade, fraudam e lesam os contribuintes e o erário, prejudicam a sociedade, traem a confiança do poder público de que são depositárias. O foro está lá para proteger a função para que a pessoa que a ocupa possa desenvolver as suas atividades sem pressão externa mais se ela trai a confiança do povo que lhe colocou ali lesando os bens públicos e etc, ela deveria perder esse foro porque ele não está servindo para proteger a função e sim a pessoa.

Conclusão

Com todos os argumentos postados a acima eu quis comprovar que o foro privilegiado ou o foro por prerrogativa de função não é mais necessário no cenário político e judiciário brasileiro atualmente.

Conforme as argumentações acima o foro privilegiado ou foro por prerrogativa de função além de não ser mais necessário só tem sido usado como forma de impunidade.

Espero ter conseguido com as minhas argumentações acima provar quem não se pode dar tanto poder a uma pessoa ou privilegiar uma pessoa pelo simples fato do cargo que ela ocupa, sendo que não há mais motivo plausível para que esse privilégio continue.

Além disso espero ter conseguido pelo menos afirmar que mesmo que seja muito necessário por motivos de perseguições políticas que esse mecanismo ainda continue em vigência, a de haver um limite imposto para esse mecanismo além de se criar uma lei específica para tratar desse assunto, que é um assunto tão importante que pode mudar muito o rumo de uma denúncia ou de um processo, não pode ficar somente em artigos esparsos, apesar de esses artigos estarem em nossa Carta Magna.

O mais curioso que acabei descobrindo em minhas pesquisas é que as pessoas que são a favor de que esse mecanismo continue, estão altamente ligadas a esse fato, são pessoas que de tem esse mecanismo para si por causa dos cargos que assumem.

Interessante também é que a maioria das pessoas que protegem o foro por prerrogativa de função alguma vez em sua vida já se usou desse mecanismo e em tese se beneficiou pelo fato de não ser julgado como qualquer outro cidadão comum brasileiro.

Não posso esquecer também de comentar, um dos argumentos mais importantes usados pelos que defendem que o foro por prerrogativa de função deve acabar que é o princípio que está em nossa Carta Magna, que é o princípio de que todos são iguais perante a lei que está presente no artigo 5º de nossa Constituição Federal, que não pode de jeito nenhum ser desrespeitado, mesmo que a pessoa tenha um cargo que em tese ele necessite desse direito.

Espero ter conseguido expor com todos esses argumentos que o foro por prerrogativa de função não é mais necessário de jeito nenhum e que com certeza a de se acabar esse mecanismo ou com certeza estabelecer muitos limites para que esse mecanismo não seja mais usado como vem sendo usados por algumas pessoas que se aproveitam desse direito para se beneficiar e ficar impune, a justiça não pode mais deixar que essa palhaçada continue, logicamente não estou querendo dizer que todas as pessoas que de tem esse mecanismo usam dele para beneficiar a si mesmo, com certeza o foro por prerrogativa de função é no mínimo antiético e podendo ser também chamado de inconstitucional.

Referências

BIMFIM, Benedito Calheiros. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2295

PEC 130. Disponível em http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=361442

A Historia do foro privilegiado. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Foro_privilegiado

Trechos de reportagens usados como forma de informação. Disponíveis em <http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Reportagens&idjornal=263&idrep=2449>;

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u575979.shtml>;

<http://www.correiodobrasil.com.br/noticia.asp?c=157681>;

Basílio, Patrícia e Santos, Thais. Foro privilegiado deve acabar. Disponível em <http://www.metodista.br/cidadania/numero-46/foro-privilegiado-deve-acabar/>

Constituição Federal. 7. edição. São Paulo: Saraiva 2009.

ANEXO 1

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº130 , de 2007.
(Do Sr. Dr. Marcelo Itagiba)

Revoga o inciso X do art. 29; o inciso III do art. 96; as alíneas “b” e “c” do inciso I do art. 102; a alínea “a” do inciso I do art. 105; e a alínea “a” do inciso I do art. 108, todos da Constituição Federal.

Art. 1º Ficam revogados o inciso X do art. 29, o inciso III do art. 96, as alíneas “b” e “c” do inciso I do art. 102, a alínea “a” do inciso I do art. 105, e a alínea “a” do inciso I do art. 108, todos da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o art. 29 da Constituição Federal, o Município reger-se-á por lei orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Carta Magna, estabelecendo, em seu inciso X, o julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça.

No art. 96, em seu inciso III, o Texto Maior estabelece que compete privativamente aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

No art. 102, nas alíneas “b” e “c” de seu inciso I, que compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República, e nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Na alínea “a” do inciso I do art. 105, que compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.

Outrossim, na alínea “a” do inciso I do art. 108, a competência originária do Tribunal Regional Federal, para processar e julgar os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

Tratam-se os dispositivos referidos na expressão constitucional do instituto jurídico do foro privilegiado que, há muito, tem sido criticado, tanto pelo cidadão brasileiro comum, quanto pela própria Corte Suprema do País:

....a prerrogativa de foro perante a Corte Suprema, como expressa na Constituição brasileira, mesmo para os que se encontram no exercício do cargo ou mandato, não é encontrada no Direito Constitucional Comparado. (...)Ademais, as prerrogativas de foro, pelo privilégio, que, de certa forma, conferem, não devem ser interpretadas ampliativamente, numa Constituição que pretende tratar igualmente os cidadãos comuns, como são, também, os exexercentes de tais cargos ou mandatos.” (Inq 687-QO, Rel. Min.

Sydney Sanches, julgamento em 25-8-99, *DJ* de 9-11-01)

"Prerrogativa de foro (...) Cancelamento da Súmula 394/STF — Não incidência do princípio da perpetuatio jurisdictionis — Postulado

republicano e juiz natural — Recurso de agravo improvido. - O

postulado republicano — que repele privilégios e não tolera

discriminações — impede que prevaleça a prerrogativa de foro,

perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns,

mesmo que a prática delituosa tenha ocorrido durante o período de

atividade funcional, se sobrevier a cessação da investidura do

indiciado, denunciado ou réu no cargo, função ou mandato cuja

titularidade (desde que subsistente) qualifica-se como o único fator

de legitimação constitucional apto a fazer instaurar a competência

penal originária da Suprema Corte (CF, art. 102, I, *b e c*). (...) (Inq

1.376-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 15-2-07, *DJ* de

16-3-07)

A nosso ver, fazendo nossas as palavras do Supremo Tribunal Federal de que nada pode autorizar o desequilíbrio entre os cidadãos da República, o reconhecimento da prerrogativa de foro, perante o Supremo Tribunal Federal ou quaisquer outras cortes, nos ilícitos penais comuns, em favor de quem quer que seja, não só daqueles que usufruem deste privilégio, mas de qualquer pessoa, transgredir valor fundamental à própria configuração da idéia republicana, que se orienta pelo vetor axiológico da igualdade.

A prerrogativa de foro é outorgada, constitucionalmente, *ratione muneris*, a significar, portanto, que é deferida em razão de cargo ou de mandato ainda titularizado por aquele que sofre persecução penal instaurada pelo Estado, mas tal prerrogativa já se descaracterizou em sua essência mesma, estando hoje degradada à condição de inaceitável privilégio de caráter pessoal, razão de nossa iniciativa com a apresentação da presente Emenda Constitucional, inspirados nas conclusões expostas pela Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, realizado em Brasília, nesta data, cujo tema que dava nome ao evento era “Juízes contra a corrupção”.

Desse modo, acreditando estar contribuindo para o aprimoramento do Estado Democrático de Direito brasileiro, esperando o apoio dos nobres colegas para a sua aprovação.

Sala das Sessões, Brasília – DF, de julho de 2007.

MARCELO ITAGIBA

Deputado Federal – PMDB/RJ